Resultado Agenda Legislativa

De 05/05/2025 até 09/05/2025

Atualização: 09/05/2025 às 13:07:10

Câmara Dos Deputados

05/05/2025 – segunda-feira

18:01 **PLEN - Plenário**

Sessão Deliberativa

Local Plenário da Câmara dos Deputados **Status** Encerrada

Objetivo

Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Proposições em pauta

Ordem: **2**

CD PL 7063/2017 – (URGENTE)
Autor(a): **Valadares (PSB/SE)**
Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.
Despachos: CDE -> CTRAB -> PL706317 -> CSAUDE -> CFT -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI
ANALISANDO PARECER PRELIMINAR ÁS EMENDAS DE PLENÁRIO, Nº1.

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **8**

CD PL 347/2003 – (URGENTE)
Autor(a): **CPITRAFI**
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
Despachos: CDC -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Fred Costa (PRD/MG)
ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI
AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO
ARGUMENTAÇÃO
A proposição principal, PL 347/2003, de autoria da CPI que investigou o tráfico de fauna e flora silvestres, busca aumentar as punições para quem comercializa ilegalmente animais silvestres ou peixes ornamentais. O projeto divide o atual artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais em três novos dispositivos:
Art. 29: Passa a tratar apenas da morte ou captura de animais silvestres.Art. 29-A: Cria um novo crime para o comércio ilegal de animais silvestres com penas mais duras quando for permanente, em larga escala ou com alcance nacional/internacional.Art. 29-B: Define o que é fauna silvestre e prevê situações específicas que agravam a pena.Art. 34-B: Cria crime específico para a comercialização ilegal de peixes ornamentais sem licença.
Uma emenda suprimiu o §2º do artigo 29-A, que permitia ao juiz deixar de aplicar pena nos casos de guarda doméstica de animais silvestres não ameaçados de extinção. A justificativa foi evitar brechas que pudessem beneficiar traficantes. No entanto, essa exclusão pode gerar insegurança jurídica e punir injustamente pequenos criadores, colecionadores ou pessoas que adquiriram animais legalmente.

O projeto tramita com um bloco de mais de **40 propostas apensadas**, todas voltadas à Lei de Crimes Ambientais, especialmente quanto à **fauna silvestre**. A maioria busca aumentar penas, criar tipos penais específicos e estabelecer regras rígidas para destinação de animais apreendidos.
Diante disso, aguardamos a publicação do parecer de plenário para uma análise mais aprofundada.
Apesar da importância do tema, **é essencial evitar excessos e garantir segurança jurídica.**

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **9**

CD PL 6969/2013 – (URGENTE)
Autor(a): **Sarney Filho (PV/MA)**
Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.
Despachos: **CCJC** -> PLEN
Atual Relator(a): Túlio Gadêlha (REDE/PE)
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
Favorável na forma que se apresenta o **Parecer Preliminar de Plenário nº 9.**

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **11**

CD PL 36/2021 – (URGENTE)
Autor(a): **Zé Vitor (PL/MG)**
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a vegetação nativa e dá outras providências, para aumentar o prazo que os pequenos agricultores possuem para se inscrever no CAR e fazerem jus aos benefícios do PRA.
Despachos: CAPADR -> **CMADS** -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Caroline de Toni (PL/SC)
RIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI
AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO
ARGUMENTAÇÃO
Segundo o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), o prazo para aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) está estabelecido no §2º do art. 59, que diz:
"A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, que deve ser requerida em até 2 (dois) anos após o cadastro, observado o disposto no §4º do art. 29."
· A Lei diz que o produtor tem 2 anos para aderir ao PRA (o programa que ajuda a regularizar áreas desmatadas antes de 2008). Mas a lei não diz exatamente quando esse prazo começa a contar.
· O problema é que, em muitos casos, os órgãos ambientais ainda não analisaram o CAR de vários produtores. E sem essa análise, o produtor nem sabe se precisa se regularizar.
· Mesmo assim, o prazo de 2 anos pode estar correndo e quando a análise finalmente for feita, o tempo pode já ter acabado e o produtor perde o direito de entrar no PRA e fazer jus aos benefícios.
· O que o projeto busca, é corrigir isso, dizendo que o prazo de 2 anos só começa a contar depois que a autoridade ambiental disser que a propriedade tem um passivo ambiental, e não simplesmente na data em que o produtor fez o CAR.

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **16**

CD PL 3899/2012 – (URGENTE)
Autor(a): **Jandira Feghali (PCDOB/RJ)**
Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.
Despachos: CCJC -> CDE -> CFT -> CMADS -> CICS -> PLEN
Atual Relator(a): Luciano Vieira (REPUBLICANOS/RJ)
ORIENTAÇÃO FPA
CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI
AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **19**

CD PL 9263/2017 – (URGENTE)
Autor(a): **Patrus Ananias (PT/MG)**
Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.
Despachos: **CAPADR** -> CCJC -> CFT -> PLEN
Atual Relator(a): Zé Silva (SD/MG)
ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DE PLENÁRIO Nº5
ARGUMENTAÇÃO
Essa iniciativa busca assegurar a continuidade da agricultura familiar, fortalecendo a juventude rural e garantindo a permanência dos jovens no campo. Ela proporciona instrumentos que possam atrair o público alvo, como o acesso à terra, crédito, educação e capacitação, criando condições para que os jovens possam assumir a gestão das propriedades e conduzir a sucessão rural.

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

14:00 **CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 06 **Status** Encerrada (Termo)

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: **5**

CD PL 3853/2019 (Nº Anterior: PLS 224/2017) – (PRIORIDADE)
Autor(a): **Wilder Morais (PL/GO)**
Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido.
Despachos: CAPADR -> CSPCCO -> CCJC
Atual Relator(a): Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela aprovação deste e da emenda apresentada na CAPADR.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
Garantir que quem mora no campo tenha o direito de comprar uma arma de fogo permitida por lei para usar em sua propriedade. Muitas dessas propriedades ficam muito longe de um posto policial, às vezes, a centenas de quilômetros, deixando várias famílias vulneráveis a criminosos ou até a ataques de animais silvestres, sem nenhuma forma de se defenderem. Por isso, apoiamos o parecer do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, pela aprovação deste e da emenda apresentada na CAPADR, que retira a palavra "uma" do § 9º do art. 4º. Essa palavra limitava o morador rural a comprar apenas uma arma, o que consideramos injusto diante da realidade dessas famílias.

Ordem: **14**

CD PL 4874/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Evair Vieira de Melo (PP/ES)**
Dispõe sobre ações específicas para fortalecer a prevenção, a investigação e a repressão de infrações penais em áreas rurais e urbanas, bem como estipula formas de custeio, e dá outras providências.
Despachos: CSPCCO -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Sanderson (PL/RS)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Sanderson (PL-RS), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
A proposta legislativa em exame oferece um importante avanço no enfrentamento da criminalidade nas áreas mais vulneráveis do país, tanto urbanas quanto rurais, ampliando medidas de prevenção, investigação e repressão de infrações penais

06/05/2025 – terça-feira

13:58 **PLEN – Plenário**

Sessão Deliberativa

Local Plenário da Câmara dos Deputados **Status** Encerrada

Objetivo

Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Proposições em pauta

Ordem: **3**

CD PL 7063/2017 – (URGENTE)
Autor(a): **Valadares (PSB/SE)**
Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.
Despachos: CDE -> CTRAB -> PL706317 -> CSAUDE -> CFT -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **9**

CD PL 347/2003 – (URGENTE)
Autor(a): **CPITRAFI**
Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
Despachos: CDC -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Fred Costa (PRD/MG)

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **10**

CD PL 6969/2013 – (URGENTE)
Autor(a): **Sarney Filho (PV/MA)**
Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.
Despachos: **CCJC** -> PLEN
Atual Relator(a): Túlio Gadêlha (REDE/PE)

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **12**

CD PL 36/2021 – (URGENTE)
Autor(a): **Zé Vitor (PL/MG)**
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a vegetação nativa e dá outras providências, para aumentar o prazo que os pequenos agricultores possuem para se inscrever no CAR e fazerem jus aos benefícios do PRA.
Despachos: CAPADR -> **CMADS** -> CCJC -> PLEN
Atual Relator(a): Caroline de Toni (PL/SC)

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **16**

CD PL 3899/2012 – (URGENTE)
Autor(a): **Jandira Feghali (PCDOB/RJ)**
Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.
Despachos: CCJC -> CDE -> CFT -> CMADS -> CICS -> PLEN
Atual Relator(a): Luciano Vieira (REPUBLICANOS/RJ)

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: **19**

CD PL 9263/2017 – (URGENTE)
Autor(a): **Patrus Ananias (PT/MG)**
Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.
Despachos: **CAPADR** -> CCJC -> CFT -> PLEN
Atual Relator(a): Zé Silva (SD/MG)

Resultado:
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

10:35 **CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CLP – Comissão de Legislação Participativa**

Seminário

Local Anexo II, Plenário 03 **Status** Em Andamento

Objetivo

Seminário pós 29ª Conferência das Partes (COP 29) da Convenção Quadro de Clima das Nações Unidas REUNIÃO CONJUNTA

14:10 **CPASF – Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família**

Audiência Pública

Local Anexo II, Plenário 15 **Status** Encerrada

Objetivo

Debate sobre os prejuízos decorrentes do uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes REQ Nº 11/2025, do Dep ALLAN GARCÊS 1) RICARDO MEIRELLES (Confirmado – participação por videoconferência) Presidente da Comissão de Combate ao Tabagismo Associação Médica Brasileira 2) JAQUELINE RIBEIRO SCHOLZ (Confirmada – participação por videoconferência) Diretora do Programa de Tratamento ao Tabagismo Instituto do Coração – Faculdade de Medicina da USP 3) ALCINDO CERCI NETO (Confirmado) Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná Conselho Federal de Medicina 4) MARIA ENEDINA CLAUDINO AQUINO SCUARCIALUPI (Confirmada) Coordenadora da Comissão Científica de Tabagismo Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia 5) MARIANA PINHO (Confirmada – participação por videoconferência) Coordenadora do Projeto de Controle do Tabaco ACT Promoção da Saúde 6) FELIPE LACERDA MENDES (Confirmado – participação por videoconferência) Comissão Nacional para Implementação de Convenção-Quadro sobre o Uso do Tabaco e seus Protocolos do Ministério da Saúde

14:30 **CREDN – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

Reunião de Comparecimento de Ministro(a)

Local Anexo II, Plenário 03 **Status** Cancelada

Objetivo

Convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores (art. 50 CF) Tema: Convocação, nos termos do art. 50, caput da Constituição Federal e artigo 219, inciso I e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para prestar esclarecimentos acerca da concessão de asilo diplomático à senhora Nadine Heredia, ex-primeira dama do Peru, condenada pela Justiça do seu país por corrupção no caso Odebrecht. Em atendimento ao Requerimento nº 30/2025-CREDN, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), subscrito pelos Deputados Carla Dickson (União/RN), Carla Zambelli (PL/SP), Osmar Terra(MDB/RS), Pastor Marco Feliciano(PL/SP), Sargento Fahur(PSD/PR), Silvia Waiãpi (PL/AP) e Zucco(PL/RS). Convocado: Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores

14:49 **PL108725 – Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1087, de 2025, do Poder Executivo, que "altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências"**

Reunião de Instalação e Eleição

Local Anexo II, Plenário 07 **Status** Encerrada

Objetivo

Instalação da comissão e eleição do presidente e vice-presidentes A – Instalação da Comissão; e B – Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

15:08 **CPOVOS – Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 12 **Status** Encerrada

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: **7**

CD PL 4347/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Joenia Wapichana (REDE/RR)**
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.
Despachos: CMADS -> CPOVOS -> CFT -> CCJC
Atual Relator(a): Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Parecer
Parecer da Relatora, Dep. Célia Xakriabá (PSOL-MG), pela aprovação deste, do PL 2936/2022, apensado, e do Substitutivo adotado pela CMADS, com substitutivo.

Resultado:
Não deliberado.

15:12 **CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 01 **Status** Encerrada (Final)

Objetivo

Eleição de Vice-Presidentes da CCJC e Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: **8**

CD PL 2942/2019 (Nº Anterior: PLS 458/2018) – (PRIORIDADE)
Autor(a): **José Serra (PSDB/SP)**
Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para estabelecer que informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região.
Despachos: CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Marangoni (UNIÃO/SP)

Parecer
Parecer de Comissão ao Projeto de Lei nº 2.942/2019.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR
ARGUMENTAÇÃO
· A proposta busca permitir que os dados obtidos em estudos de impacto ambiental **(EIA/RIMA)** possam ser **reutilizados para o licenciamento** de outros empreendimentos na mesma região.
· É considerado positivo e eficiente porque evita que empreendedores tenham que coletar dados primários para áreas que já foram amplamente estudadas.
· O uso desses dados economiza tempo e dinheiro, além de reduzir os impactos que novos estudos causariam, como a coleta de fauna para análise.
· O substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), e agora recomendado a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), introduz melhorias, como:
· 1. O empreendedor deve solicitar ao órgão licenciador o uso dessas informações, o que evita sobrecarregar ao órgão ambiental; 2. A utilização dos dados dos estudos de impacto ambiental não impede o uso de outros dados secundários, como pesquisas científicas disponíveis; 3. O reaproveitamento dos dados deve ser limitado à mesma região do empreendimento e deve considerar a similaridade na metodologia de coleta, o esforço amostral e a época em que os dados foram levantados.
· Essas mudanças tornam o processo de licenciamento ambiental mais ágil e eficiente, sem comprometer a qualidade dos estudos.

Resultado:
Aprovada a Redação Final.

Ordem: **67**

CD PL 471/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Célio Moura (PT/TO)**
Altera os artigos 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre a contratação de aprendizes pelos empreendimentos da agricultura familiar.
Despachos: CTRAB -> CCJC
Atual Relator(a): Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer
Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, da Emenda n° 1 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e da Emenda n° 2 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PROJETO
ANALISANDO PRL nº2, CCJC

Resultado:
Votação nominal, de ofício, do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Paulo Bilynsky, Chris Tonietto e Bia Kicis. Encaminharam a votação a Deputada Bia Kicis e o Deputado Pompeo de Mattos. Rejeitado o Requerimento de Retirada de Pauta. Resultado: 7 votos “Sim”, 31 votos “Não”. Total: 38 votos e 5 “Obstruções”. Prejudicados os Requerimentos de Adiamento de Discussão e de Votação Nominal do Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj, vice-líder da Oposição, em razão da rejeição do Requerimento de Retirada de Pauta. Lido o Parecer pelo Relator, Deputado Patrus Ananias. Iniciada a Discussão. Discutiu a Matéria a Deputada Bia Kicis (PL-DF). Prejudicados os Requerimentos de Adiamento de Votação, de Votação Nominal do Adiamento de Votação e de Votação Nominal da Matéria, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj, vice-líder da Oposição, em razão da ausência do Autor. Aprovado o Parecer. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj.

15:44 **CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Reunião de Comparecimento de Ministro(a)

Local Anexo II, Plenário 02 **Status** Encerrada

Objetivo

Comparecimento do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar REQ 3/2025, do deputado Albuquerque REQ 19/2025, da deputada Coronel Fernanda REQ 24/2025, do deputado João Daniel REQ 32/2025, do deputado Evair Vieira de Melo REQ 37/2025, do deputado Domingos Neto CONVIDADO: Sua Excelência o Senhor Paulo Teixeira Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricuiltura Familiar

15:55 **CASP – Comissão de Administração e Serviço Público**

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 08 **Status** Encerrada (Final)

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: **9**

CD PL 3564/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Rosana Valle (PL/SP)**
Altera a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.
Despachos: CASP -> CVT -> CCJC
Atual Relator(a): Luiz Gastão (PSD/CE)
Parecer
Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela aprovação deste, do PL 1064/2021, e do PL 1455/2023, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
ACOMPANHAR

Resultado:
Lido o Parecer pelo Relator. Vista à Deputada Alice Portugal.

16:00 **EVENTOS – Eventos**

Reunião Técnica

Local Auditório Freitas Nobre **Status** Convocada

Objetivo

Publicação com temas e proposições em tramitação no Congresso Nacional para proteção animal A Agenda Legislativa Animal 2025 consiste em uma publicação com os temas e proposições, em tramitação no Congresso Nacional, que representam avanços concretos para a proteção animal. A publicação é uma articulação da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), em parceria com Proteção Animal Mundial e Alianima, e apoio da Frente Parlamentar de Direitos dos Animais e demais organizações animalistas. Os temas demonstram a transversalidade da agenda pela sua diversidade e alcance em múltiplos aspectos. A lista de projetos tem como o objetivo de ser representativa, portanto, as diferentes organizações apoiadoras indicaram e não representam, necessariamente, a posição integral de todas.

07/05/2025 – quarta-feira









08/05/2025 – quinta-feira

14:20 **PLEN – Plenário**

Sessão Não Deliberativa Solene

Local Plenário da Câmara dos Deputados **Status** Encerrada

Objetivo

Homenagem aos 52 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Homenagem aos 52 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

09:00 **CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

Audiência Pública

Local Anexo II, Plenário 06 **Status** Cancelada

Objetivo

Instituição do Dia Nacional do Alho Brasileiro Requerimento nº 44/2025 de autoria da Deputada Marussa Boldrin (MDB/GO) CONVIDADOS: GUSTAVO HENRIQUE FIRMO (confirmado) Coordenador-Geral da Secretaria de Política Agrícola Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA RODOLFO MOLINARI DA COSTA (confirmado) Presidente da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA RAFAEL JORGE CORSINO (Confirmado) Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho – ANAPA